

CORREIO NACIONAL

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Portaria autoriza saída antecipada

Governo define horário de expediente em jogos do Brasil

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) publicou portaria com orientações sobre o expediente nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo 2026. As regras valem para servidores públicos, empregados públicos, contratados temporários e estagiários de órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

De forma excepcional, os órgãos poderão flexibilizar o horário de trabalho nos dias das partidas. A autorização prevê saída antecipada dos agentes públicos, conforme o horário do jogo. Segundo a Portaria N° 4.779, as horas não trabalhadas deverão ser compensadas entre os dias 3 de agosto e 30 de setembro de 2026.

Liberação varia de acordo com jogos

Nos dias em que os jogos ocorrerem às 14h, a liberação poderá ocorrer a partir das 11h. Para partidas às 16h, a saída será autorizada a partir das 13h; às 17h, a partir das 14h; às 18h, a partir das 15h e às 19h, a partir das 16h, sempre no horário de Brasília. Nos jogos marcados para as 21h30, poderão sair às 18h30 os servidores cujo expediente se encerre depois desse horário. Nas partidas às 22h, a liberação será a partir das 19h.

Paulo Pinto/Agência Brasil



É essencial se vacinar contra gripe para evitar casos graves

Hospitalizações por VSR e gripe

O número de hospitalizações por vírus sincicial respiratório (VSR) aumentou no Brasil e, em algumas regiões do país, também houve mais internações por gripe causada pelos vírus influenza A e B. Os dados estão no Infogripe, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), divulgado nesta quinta-feira (11).

A análise é referente à Semana Epidemiológica 22, período de 31 de maio a 6 de junho, período em que a queda das temperaturas pode impulsionar a disseminação dos vírus respiratórios em locais fechados e aglomerados.

Incidência em 11 unidades federativas

O estudo verificou que 11 das 27 unidades federativas apresentam incidência de Síndrome Respiratória Aguda Grave em nível de alerta, risco ou alto risco nas últimas duas semanas, com indícios de crescimento, que considera as últimas seis semanas: Acre, Alagoas, Amapá, Paraná, Pará, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo.

Nomeações I

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) autorizou a nomeação de 85 inscritos aprovados em concursos públicos destinados ao Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e a Agência Nacional de Mineração (ANM).

Nomeações II

As três portarias com as autorizações foram publicadas no Diário Oficial da União de quarta e quinta. Entre as 85 nomeações, a portaria MGI n° 4.757/2026 autoriza a nomeação de sete aprovados para o cargo de analista de planejamento e orçamento, de nível superior, no Ministério do Planejamento e Orçamento.

Enem 2026 I

O prazo prorrogado de inscrição no Enem 2026 termina às 23 horas e 59 minutos de sexta, no horário de Brasília. Os interessados em participar devem fazer a inscrição exclusivamente na internet no link da Página do Participante no portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Enem 2026 II

O prazo vale para todos os participantes. Os candidatos isentos da taxa de inscrição também devem se inscrever no exame. Para os concluintes do ensino médio de escolas públicas, a inscrição é automática, pela primeira vez. A solicitação de tratamento pelo nome social em todas as fases do exame também teve o prazo alterado.

Fundo Amazônia I

O Fundo Amazônia quadruplicou o ritmo anual de aprovação de projetos desde a retomada de sua governança, em 2023. A média anual de aprovações passou de cerca de R\$ 300 milhões entre 2009 e 2018 para R\$ 1,3 bilhão no ciclo recente, entre 2023 e 2026. O balanço foi apresentado, nesta quinta-feira (11).

Fundo Amazônia II

Segundo o BNDES, o mecanismo soma R\$ 5,3 bilhões em doações e 153 projetos aprovados, com atuação voltada à prevenção, ao monitoramento e ao combate ao desmatamento, além do apoio à restauração florestal, à regularização ambiental e territorial e à produção sustentável.



Lançamentos fazem parte da política de busca de desaparecidos

Guia visa fortalecer política de busca de pessoas

Publicações são voltadas a juízes e agentes de segurança pública

Da Redação

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) lançou, nesta quinta-feira (11), três publicações para orientação, capacitação de agentes públicos e de referência para a formulação, implementação e o aprimoramento de ações de gestores voltadas à localização de pessoas desaparecidas em todo o país.

Os novos documentos são:

- a cartilha “Atuação das Polícias Militares e das Guardas Municipais na Busca de Pessoas Desaparecidas”;
- o Guia de Orientações às Autoridades Centrais Estaduais; e
- o Diagnóstico da Gestão de Pessoas Falecidas com Identidade Desconhecida no Brasil.

Os lançamentos fazem parte da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas e ocorreram durante o Seminário Interinstitucional da Política Nacional de Pessoas Desaparecidas, realizado em Brasília.

O diretor do Sistema Único de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), João Alberto Nogueira Júnior, enfatizou que o desaparecimento de um cidadão exige uma resposta que oriente e capacite o poder público, além de servirem

como referência para a formulação e aperfeiçoamento das ações.

“Nenhum órgão isoladamente possui todas as ferramentas necessárias para enfrentar um fenômeno tão complexo e multifacetado,” explicou.

O diretor do Sistema Único de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), ainda lembrou da criação do Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, que unifica dados das polícias civis estaduais para agilizar buscas em todo o país.

“O desaparecimento de uma pessoa representa uma das situações mais angustiantes que uma família pode enfrentar. Trata-se de uma ocorrência que transcende a esfera da segurança pública, impactando profundamente a dignidade humana, os direitos fundamentais e a própria estrutura familiar e comunitária,” afirmou.

Elisa Calcaterra, representante Residente Adjunta do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil declarou que o lançamento dos materiais representa um passo importante para fortalecer a atuação institucional e ampliar a garantia de direito de direito das famílias afetadas. “Temos que colocar à frente as pessoas mais vulneráveis, as pessoas que estão enfrentando desafios maiores e apoiar essas pessoas conjuntamente.”